

MARÍLIA BARROS XAVIER

Prefácios

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
Eduardo Arruda Alvim

Apresentação

Márcio Cammarosano

O MODELO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

DO PROCESSO CIVIL SANCIONADOR
AO *NE BIS IN IDEM*

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Lílisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

X3m	Xavier, Marília Barros
	O modelo brasileiro de Direito Administrativo Sancionador: do processo civil sancionador ao <i>ne bis in idem</i> / Marília Barros Xavier. – Belo Horizonte : Fórum, 2023. 278 p. ; 14,5cm x 21,5cm
	Inclui bibliografia ISBN: 978-65-5518-471-6
	1. <i>Ne bis in idem</i> . 2. <i>Non bis in idem</i> . 3. Direito Administrativo Sancionador. 4. Improbidade administrativa. 5. Direito Processual Civil. 6. Direito Processual. 7. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. I. Título.
2022-2626	CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

XAVIER, Marília Barros. *O modelo brasileiro de Direito Administrativo Sancionador: do processo civil sancionador ao ne bis in idem*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 278 p. ISBN 978-65-5518-471-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas	15
PREFÁCIO	
Eduardo Arruda Alvim	19
APRESENTAÇÃO	
Márcio Cammarosano	23
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

FUNDAMENTOS DE PARTIDA

CAPÍTULO 1	
SOBRE RAZÃO, CULTURA, HISTÓRIA E LIBERDADE	33
1.1 Racionalidade, dignidade e cultura no Direito	33
1.2 História e outros aspectos para o <i>ne bis in idem</i>	43
1.3 A liberdade do legislador e o exemplo do sistema norte-americano	49

PARTE II

RAZÕES PARA NOVOS CONCEITOS NO DIREITO
ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

CAPÍTULO 2	
SOBRE O CÚMULO DE SANÇÕES	59
2.1 Penas e sanções	59
2.2 Problemas e solução no cúmulo de sanções	62
2.3 A sanção acessória	66
2.4 A “sanção acessória” no Brasil	68

CAPÍTULO 3

SOBRE O CÚMULO DE PROCESSOS SANCIONADORES.....75

3.1 Sentido funcional do processo sancionador75

3.2 Justificações, funções e motivações: por que punir?80

3.3 Processos materialmente penais.....83

PARTE III

PROCESSO CIVIL SANCIONADOR

CAPÍTULO 4

PROCESSO CIVIL SANCIONADOR: O MODELO BRASILEIRO

NO PROCESSO91

4.1 O conceito de sanção administrativa de Fábio Medina Osório 91

4.2 Sanção administrativa e processo civil.....95

a) Processo civil coletivo?.....99

4.3 Processo civil sancionador.....104

a) A decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema nº 1.199..... 115

4.4 *Civil forfeiture* e *Double Jeopardy Clause* no sistema norte-americano:
uma distinção necessária..... 119

PARTE IV

NE BIS IN IDEM

CAPÍTULO 5

NE BIS IN IDEM EM PORTUGAL E ESPANHA: PAÍSES DE

HISTÓRICA INFLUÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO127

5.1 Comparações do sistema brasileiro com o sistema português 127

5.2 Comparações do sistema brasileiro com o sistema espanhol 135

CAPÍTULO 6

NE BIS IN IDEM NO DIREITO COMUNITÁRIO EUROPEU:

UMA SAGA QUE DEVEMOS CONHECER 145

6.1 Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da
União Europeia: “o movimento necessário das coisas” 145

6.2 Atual posição do Tribunal Europeu de Direitos Humanos..... 149

6.3 Breve comparação entre sistemas nacionais europeus 159

CAPÍTULO 7

NE BIS IN IDEM NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES PARA O PROCESSO CIVIL E PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	163
7.1 Coisa julgada e relacionamento entre processos.....	163
7.2 Publicismo e questões prejudiciais no processo civil.....	167
7.3 Processo administrativo sancionador e <i>reformatio in pejus</i>	181
7.4 A decisão do Supremo Tribunal Federal na Rcl nº 41.557 e outras decisões sobre o <i>ne bis in idem</i>	187

PARTE V

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

CAPÍTULO 8

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: DO MODELO BRASILEIRO PARA O NE BIS IN IDEM	199
8.1 A influência de Alejandro Nieto em nossa interpretação.....	199
8.2 A cultura jurídica brasileira	205
8.3 O modelo brasileiro de Direito Administrativo Sancionador	209
a) A decisão do legislador constituinte no art. 37, §4º, da Constituição Federal.....	209
b) A decisão do legislador infraconstitucional para o processo civil sancionador	213
c) O modelo constitucional brasileiro para o <i>ne bis in idem</i>	216
8.4 Pluralidade de processos administrativos sancionadores.....	218
a) Reforma da Lei do Processo Administrativo Federal (Nacional)	227

CAPÍTULO 9

NOVOS CONCEITOS PARA O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	233
9.1 Técnica de desconto: o intangível do <i>ne bis in idem</i>	233
9.2 Sanção de natureza administrativa.....	237
9.3 Função concreta da sanção e do processo sancionador	242

CAPÍTULO 10

TÉCNICA DE DESCONTO E ESCOLHAS DO LEGISLADOR BRASILEIRO	249
10.1 O art. 22, §3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	249

10.2	A Lei de Improbidade Administrativa	253
a)	Brevemente: aspectos gerais.....	253
b)	<i>Ne bis in idem</i>	257
	CONCLUSÃO.....	265
	REFERÊNCIAS.....	271